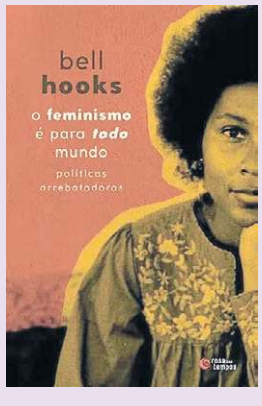
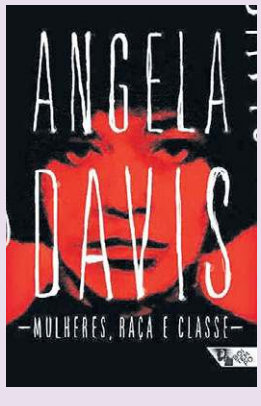
PARA AMPLIAR O OLHAR SOBRE O FEMINISMO

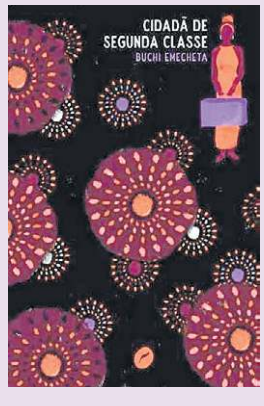
Livros



***O feminismo é para todo mundo*, de bell hooks:** introdução acessível às principais pautas do movimento feminista e à importância de uma transformação social coletiva.



***Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis:** analisa as relações entre racismo, desigualdade de classe e opressão de gênero na história das mulheres.



***Cidadã de segunda classe*, de Buchi Emecheta:** aborda a experiência de uma mulher negra e imigrante, marcada por desigualdades de gênero, dificuldades econômicas e busca por autonomia.

Filmes

***As sufragistas* (2015):** retrata a mobilização de mulheres britânicas pelo direito ao voto e os enfrentamentos políticos e sociais que marcaram essa luta.

***Estrelas além do tempo* (2016):** conta a história de matemáticas negras que trabalharam na Nasa e enfrentaram o racismo e a discriminação de gênero.

***Mexeu com uma, mexeu com todas* (2017):** documentário que aborda a mobilização de mulheres brasileiras contra a violência e em defesa do respeito e dos direitos femininos.

cartões de crédito adicionais, vinculados ao nome do marido, deixaram de ser aceitos após a morte dele. "Foi sufoco quando fiquei viúva, porque cortaram todos os cartões de crédito que eu tinha no nome do meu marido, que ele tinha me dado", relata.

Com três filhos, dois deles ainda menores, Edna precisou encontrar meios de sustentar a família. "Fiz curso para professora no interior, então sabia um monte de coisas. Montei uma serigrafia e me sustentei com meus filhos", lembra.

A serigrafia foi uma das atividades que permitiram à família atravessar aquele período. Mais tarde, Edna também se destacou no artesanato. Em 2000, recebeu o título de melhor artesã do Distrito Federal, reconhecimento que, segundo ela, ampliou as oportunidades profissionais.

Representação política

A história de Edna evidencia um dos desafios que continuam presentes na política brasileira: a distância entre a participação das mulheres como eleitoras e sua presença nos espaços de decisão. Para a cientista política Priscila Gonçalves, a maioria feminina no eleitorado não garante, por si só, condições iguais de acesso à política. "Existe uma diferença entre participar da democracia por meio do voto e ter condições efetivas de ocupar os espaços de decisão política", afirma.

Segundo a pesquisadora, a desigualdade não pode ser explicada apenas pela disposição individual das mulheres para entrar na política. O acesso a recursos financeiros, o apoio dos partidos, a visibilidade pública e as relações históricas de poder influenciam as possibilidades de candidatura e permanência nos cargos. A divisão desigual do trabalho doméstico e dos cuidados também limita o tempo e os recursos disponíveis para muitas mulheres, enquanto a violência política de gênero pode dificultar sua atuação pública.

A participação dos partidos políticos é outro fator importante nesse cenário. São essas organizações que estruturam candidaturas, distribuem recursos e definem parte das oportunidades de visibilidade e liderança. Embora existam regras para ampliar a presença feminina nas eleições, a inclusão nas listas de candidaturas não garante, necessariamente, condições equivalentes de disputa.

Priscila destaca que é necessário observar como o financiamento, o tempo de propaganda e o apoio político são distribuídos, além de avaliar a participação das mulheres nas instâncias internas de decisão. "Não se trata apenas de colocar mais mulheres nas listas eleitorais, mas de garantir que elas tenham condições reais de disputar eleições, exercer mandatos e participar das decisões", explica.

O cientista político Jorge Mizael também chama atenção para o funcionamento das instituições. Segundo ele, a composição do Congresso e as decisões tomadas dentro dos partidos influenciam quais pautas ganham espaço na agenda política. Uma proposta pode deixar de avançar não apenas por falta de apoio, mas também porque não chega à votação. Nesse processo, a definição das prioridades legislativas e a formação de alianças interferem diretamente no destino das políticas públicas.

Para Mizael, as diferentes correntes ideológicas atribuem sentidos distintos às pautas feministas. Enquanto alguns grupos defendem maior atuação do Estado para enfrentar desigualdades, outros priorizam a igualdade perante a lei ou dão ênfase a valores tradicionais relacionados à família. Há pontos de convergência, como o combate à violência contra as mulheres, e temas que provocam disputas mais intensas, especialmente os relacionados à sexualidade, à reprodução e aos papéis de gênero.

A presença feminina, por sua vez, não significa necessariamente que todas as representantes defendam as mesmas propostas. Priscila ressalta que as mulheres possuem diferentes trajetórias, posições ideológicas e visões sobre os direitos e o papel do Estado. Por isso, a análise da representatividade precisa considerar não apenas o número de eleitas, mas também os projetos que defendem, as decisões que tomam e a capacidade de influenciar as políticas públicas.